



Sindicato dos Oficiais de Justiça

DISCUSSÃO DE UMA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O SOJ dentro dos princípios de responsabilidade que sempre o nortearam entende reunidas agora, após a publicação de vários diplomas, as condições para se iniciar a discussão de uma alteração estatutária ou mesmo, de um novo Estatuto. É importante afirmar que o actual estatuto engloba diversas carreiras e não serve os interesses específicos dos Oficiais de Justiça.

O Dec. Lei nº 121/2008, de 11 de Julho, afastou algumas carreiras do EFJ, mas é necessário ir mais além. Há questões que deveriam merecer alguma atenção por parte dos Oficiais de Justiça. Será exequível defender a figura da nomeação para todos os funcionários judiciais (não confundir com Oficiais de Justiça)? Será sério discutir o grau 3 para carreiras sem a complexidade funcional da dos Oficiais de Justiça, ou isso nem sequer é uma preocupação?

Estas, são algumas questões a que o SOJ está atento e é inaceitável que antes de uma negociação que se prevê difícil, alguns venham fazer afirmações gratuitas e incorrectas de que o M.J. é dialogante ou que está a respeitar os compromissos assumidos. Tais factos, não só fragilizam as suas posições como minam todo o processo negocial.

Na verdade o M.J. sempre assumiu uma postura contrária ao diálogo e à negociação.

Quanto ao cumprimento de qualquer promessa, o SOJ desconhece o conteúdo dos compromissos assumidos pelo MJ em privado, mas sempre afirmaremos o seguinte:

- a) A Lei nº 49/2008 datada de 27 de Agosto foi aprovada pela Assembleia da República no dia 11 de Julho de 2008 e promulgada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, no dia 11 de Agosto de 2008;
- b) O Governo tem competências próprias, definidas na Constituição da República Portuguesa e, ainda vigora um princípio constitucional de separação de poderes;
- c) Querer louvar o governo, é legítimo mas a “César o que é de César” e acima de tudo a verdade.
- d) Assim, qualquer comunicado que possa ter sido exarado após a aprovação da Lei na A.R. para colher vantagens após a sua publicação, revela uma tentativa de manipulação da verdade, que é inaceitável.

A responsabilidade e a credibilidade não se apregoam exercem-se, e o SOJ tem uma linha de actuação unívoca. O SOJ não ziguezagueia as suas posições ao sabor dos ventos e assume todos os seus comunicados, mantendo-os públicos.

A nossa estratégia não passa por enaltecer (pior até, fazê-lo antes da negociação) um governo que desvaloriza não só a Justiça como os seus agentes. Somos um sindicato recente mas aprendemos com os erros, mesmo que de outros.

O subsídio de risco; a integração do suplemento no vencimento; etc. etc. foram sempre publicitados como grandes ganhos, mas quando tudo ficou definido, foi fácil usar uma “chapa” já carcomida de onde consta: “O Governo enganou-nos...”. Efectivamente alguns acabam sempre enganados...

Assim, o SOJ vai continuar a lutar pela dignificação da classe e pela melhoria de um Estatuto que está longe de fazer o reconhecimento da especificidade desta carreira. A nossa força negocial também advém no entanto da adesão dos colegas em torno destas posições.

A Direcção
15.09.2008